

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR NA EAD¹

Carla marina neto das neves lobo²

RESUMO

Visando especificar o assunto a ser tratado neste artigo delimita-se o objeto de estudo na área de formação de professores que atuam na modalidade Educação a Distância. A questão norteadora que motiva nosso estudo é: como a literatura vem registrando a formação docente na última década para a modalidade Educação a Distância (EaD)? O presente trabalho objetiva analisar a formação docente no manejo das novas tecnologias visando identificar possibilidades de ensino aprendizagem por meio da educação a distância; identificar as produções científicas na área de formação de professores para atuarem na modalidade educação a distância; descrever o papel docente frente as necessidades e habilidades individuais e as de grupo, de forma presencial e virtual. Utilizar-se-á a pesquisa quanto aos objetivos como um estudo descritivo, que tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno; e exploratório, pois este, na maioria dos casos, envolve levantamento bibliográfico do problema pesquisado. Para elaboração deste estudo optamos por uma pesquisa bibliográfica, pois é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Palavras Chave: Educação a distância; Formação de professores; Ensino aprendizagem; Novas tecnologias; Ensino presencial e a distância.

ABSTRACT

Aiming to specify the matter to be discussed in this article delineates is the object of study in teacher training area working in the Distance Education mode. The main question that motivates our study is how literature has seen the teacher training in the last decade for Distance Education (EaD)? This work aims to analyze teacher training in the management of new technologies to identify teaching and learning opportunities through distance education; identify the scientific production in the teacher training area to work in the mode distance education; describe the teaching role with the individual needs and abilities and the group in person and virtually. Will be using research on the objectives as a descriptive study that aims to describe the characteristics of a given population or phenomenon; exploratory and, for this, in most cases, it involves the bibliographic researched problem.

¹ Artigo elaborado contribuiu para o debate desenvolvido nos estudos “Aprendizagem Autônoma e Colaborativa no Sistema Virtual: estudo sobre a prática do Tutor em Instituição de Ensino Superior privada no Estado do Rio de Janeiro” apresentado no Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância; e Projeto de Qualificação do Doutorado “Mulheres Professoras e a Interseccionalidade Interdisciplinar na Prática Docente”.

² Mestre em Educação e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. *E-mail:* carla.lobo.cml@gmail.com



To prepare this study we chose a literature search, it is developed on the basis of already prepared material, consisting mainly of books and scientific articles.

Keywords: Distance education; Teacher training; Teaching and learning; New technologies; classroom teaching and distance.

INTRODUÇÃO

As primeiras manifestações que a literatura apresenta como o exercício de comunicação a distância são os desenhos registrados nas pedras, promovendo a comunicação entre pessoas presentes, ou não, no mesmo momento e local. No entanto, a possibilidade de ensino a distância só foi possível no séc. XV com a invenção da imprensa, facilitando assim a produção e reprodução do conhecimento além de possibilitar a comunicação e socialização da documentação para um maior número de pessoas.

A história da Educação a Distância (EaD) definido por Moran (2002, s.p.) “como o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”, localiza a educação no sentido amplo de formação: professores e alunos, por não estarem normalmente juntos, fisicamente, “podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes”. Assim sendo, visando especificar o assunto a ser tratado neste artigo delimita-se o objeto de estudo na área de formação de professores que atuam na modalidade Educação a Distância.

Pode-se registrar três gerações da EaD:

- a) a primeira geração está relacionada a materiais primordialmente impressos e encaminhados pelo correio, por conta do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, em especial com a oferta de cursos por correspondência em meados do século XIX;
- b) a segunda geração está relacionada à utilização de novas mídias como televisão, rádio, fitas de áudio e vídeo e telefone; além do surgimento das universidades abertas³.
- c) EaD *on-line* caracteriza a terceira geração com a utilização do videotexto, do microcomputador, da tecnologia de multimídia, do hipertexto e de redes de computadores. Somente em 1995 várias instituições passam a oferecer educação a distância.

A Educação a Distância após sua Regulamentação em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96, deixou de ser Projeto Experimental e passou a ser vista como estratégia de ampliação democrática do acesso à educação de qualidade. (LOBO NETO, 2000). Como estratégia de ampliação democrática

³A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância.



visa “recuperar” a história de muitos no âmbito da educação. Vista como direito do cidadão e dever do Estado e da sociedade os textos oficiais possibilitam a uma parcela significativa da população oportunidades educativas por meio de uma sofisticada tecnologia. Quanto à oferta o Art. 80, no Título VIII: Das Disposições Gerais, estabelece:

- a educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;
- caberá à União regulamentar requisito para realização de exames, para registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância. (BRASIL, 1996).

A mesma lei em outros artigos refere-se a EaD como no art. 32, parág. 4º determina que o ensino fundamental deva ser presencial, limitando a utilização do ensino a distância, nesse nível, a dois casos: complementação de aprendizagem e situações emergenciais; art. 47 parág. 3º trata do ensino superior isentando professores e alunos da frequência obrigatória nos programas de educação a distância; art. 87 parág. 3º quando trata da década da educação estabelecendo que devem ser providos cursos a distância para jovens e adultos insuficientemente escolarizados (item II), além de determinar a realização de programas de capacitação a todos os professores em exercício utilizando os recursos da EaD (item III).

Visando implementar a determinação legal da LDB nº 9394/96, o Decreto nº 2 494 de 1998, regulamenta o art. 80 e dá outras providências que passamos a registrar:

a) conceituação de educação a distância como previsto no art. 1º, caput:

- uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem;
- com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados;
- apresentados em diferentes suportes de informação – utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

b) regime especial expresso no art. 1º, parág. único, como; “flexibilidade de requisitos para admissão, horário e duração, sem prejuízos, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixados nacionalmente”;

c) no art. 2º, caput, dispõe que somente “instituições públicas e privadas especificamente credenciadas para esse fim” podem oferecer cursos a distância;

d) a promoção dos atos de credenciamento de instituições está delegada ao MEC, instituições vinculadas ao sistema federal de ensino entre outras, previstas no art. 2º, com redação estabelecida pelo Decreto nº 2 561/98;

e) o prazo de credenciamento das instituições e de autorização dos cursos será limitado a cinco anos, podendo ser renovado após avaliação, como previsto no art. 2º, parág. 4º;

f) o art. 6º estabelece que os certificados e diplomas obtidos em cursos de EaD em instituições estrangeiras “deverão ser reavaliadas para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas



vigentes para ensino presencial”, mesmo as instituições conveniadas com as instituições brasileiras;

g) o art. 7º dispõe sobre a avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação;

Quanto a abrangência ainda destaca-se o Art. 1º do Decreto Lei nº 5 622/ 2005, que finalmente regulamenta a EaD no Brasil:

caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou em tempos diversos. (BRASIL, 2005).

Diante da relevância do Art. 1º do Decreto Lei citado acima a questão norteadora que motiva nosso estudo é: como a literatura vem registrando a formação docente na última década para a modalidade Educação a Distância (EaD)?

A expressão "*ensino a distância*" dá ênfase ao papel do professor (como alguém que ensina a distância), que viabiliza interagir com aquele que está fisicamente distante, não lhe oferecendo algo pronto, mas possibilitando um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual. Nessa perspectiva, é possível avançar rapidamente, trocar experiências, esclarecer dúvidas e inferir resultados.

Logo, novas possibilidades de ensino-aprendizagem se constituem causando-me certa inquietação; afinal como professora universitária o interesse é aprofundar os estudos em torno do processo ensino-aprendizagem mediado pelo ensino a distância; enfocando a formação docente para tal modalidade na última década.

Objetiva-se analisar a formação docente no manejo das novas tecnologias visando identificar possibilidades de ensino aprendizagem por meio da educação a distância; identificar as produções científicas na área de formação de professores para atuarem na modalidade educação a distância; descrever o papel docente frente as necessidades e habilidades individuais e as de grupo, de forma presencial e virtual.

METODOLOGIA

A abordagem utilizada foi a qualitativa, pois esta abordagem está direcionada para investigação dos significados das relações humanas em que suas atitudes são influenciadas pelas emoções e ou sentimentos aflorados diante das situações vivenciadas no cotidiano. (MINAYO *et al.*, 2007).



Quanto aos objetivos caracteriza-se a pesquisa como um estudo descritivo, que tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno; e exploratório, pois este, na maioria dos casos, envolve levantamento bibliográfico do problema pesquisado. (FIGUEIREDO, 2008).

Para elaboração deste estudo optamos por uma pesquisa bibliográfica, pois Gil (2002) descreve que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho dessa natureza, a pesquisa é desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Para realizar a coleta do material bibliográfico, utilizamos como palavras chave: “Educação a distância”; “formação de professores”; “ensino aprendizagem”; “novas tecnologias”; “ensino presencial e a distância”.

Após o refinamento, realizou-se a leitura dos artigos encontrados e selecionados. Cabe salientar que os critérios de inclusão estabelecidos serão artigos e legislação, publicados entre os anos de 1990 a 2011 e que atendem aos objetivos do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As necessidades expressas pelo mercado de trabalho e as recentes abordagens do Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 5/2005 (*apud* SAVIANI, 2008, p.243) sobre a formação de docentes, dentre as quais se destaca “[...]sendo a organização escolar eminentemente colegiada, cabe prever que todos os licenciados possam ter oportunidades de ulterior aprofundamento da formação pertinente, ao longo de sua vida profissional”, justificam a atenção destinada a qualificação de profissionais formados em cursos de licenciatura na modalidade presencial mas, por inserir-se de forma relevante no contexto de ambientes virtuais de aprendizagem, considera-se necessária a atualização dos mesmos para atuarem neste novo cenário.

Do ponto de vista teórico-metodológico a proposta é sedimentada nos seguintes pilares:

- “[...] a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino” (BRASIL, 1996).
- “[...] o domínio da dimensão teórica do conhecimento para a atuação profissional é essencial, mas não é suficiente... o ponto de partida e de chegada da formação é a atuação profissional[...]” (BRASIL, 2000, p.36).
- “[...] para que seja realmente um processo participativo é preciso participação nas responsabilidades de elaboração, execução e avaliação e não apenas na execução. Este procedimento - a participação no processo global de planejamento - repercutirá na vida da escola[...]” (DALMÁS, 1994, p.21).



As Secretarias Municipais de Educação e os sistemas de ensino continuam necessitando da participação de todos os profissionais para construir uma educação realmente democrática e de qualidade, o que nos leva a afirmar que a ação integrada permite a presença na escola de profissionais antenados às tecnologias de informação e da comunicação, não mais como categorias controvertidas e oponentes, mas como profissionais que pensam os objetivos educacionais e o processo pedagógico escolar de forma instrumentalizada pela modalidade de ensino a distância.

Para Demo (2001), qualidade em educação implica em qualidade acadêmica, que se origina na produção original do conhecimento, por meio da docência; qualidade social decorrente das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; qualidade educativa é a capacidade das instituições atuarem na formação plena do cidadão, para que possam contribuir e interferir em suas respectivas realidades sociais.

Tal conceito implica, portanto em uma avaliação constante das estruturas e dos processos decorrentes do ensino, neste caso, a distância.

A Gestão de Educação a Distância requer estratégias para o gerenciamento, tais como: acadêmico (serviços aos estudantes e docentes); pedagógico (processos e metodologias de ensino aprendizagem que potencializem a formação e a aprendizagem em rede); tecnológico (softwares de apoio e de gestão dos processos e dos serviços); articulação com a estrutura da própria instituição; e, avaliação permanente e integral do sistema.

De acordo com os Referenciais de Qualidade em EaD (BRASIL, 2007), o sucesso de um projeto de educação a distância envolve o atendimento à legislação vigente; a inovação pedagógica e tecnológica; uma proposta curricular em sintonia com a sociedade da informação e do conhecimento; uma rede de cooperação e de intercâmbio, estudantes e professores compartilhem com outras instituições; uma gestão descentralizada que preza pelo processo ágil de tomada de decisões.

Ao perpassar a qualidade em EaD citando a prática pedagógica, os Referenciais relacionam-se a didática como indicador de qualidade da EaD, para tal é necessário compreender os elementos que constituem a prática pedagógica e suas implicações na qualidade do ensino ministrado a distância. Como o objeto de estudo da didática é o ensino, como se ensina e como se aprende, a didática para a EaD precisa considerar o perfil do aluno. A avaliação tem fundamental importância para o processo de ensino e sua eficácia advém da qualidade do material didático disponibilizado para os estudos da disciplina, do qual as atividades de avaliação fazem parte.

A avaliação compreende as diferentes etapas de um planejamento educacional e, por isso, caracteriza-se pelas suas funções diagnóstica, formativa e somativa. Assim, a avaliação



nos processos de EaD é instrumento para verificar, entre outros aspectos a aprendizagem; por meio de instrumentos de verificação por disciplina, por competência ou por módulo de estudo; o nível de satisfação dos alunos; as características da qualidade do curso; a eficiência e a eficácia dos processos; as características a serem agregadas ao sistema para a eficácia dos serviços.

Para avaliar, portanto, os resultados da execução e do desenvolvimento dos processos de educação a distância – decorrentes dos processos de ensino e de aprendizagem e dos processos de gestão institucional – em relação ao desempenho planejado; os desvios devem ser apurados e, sempre que possível, corrigidos. O modo de coletar os dados deve propiciar a visão generalista.

Representações sobre o Processo de Ensino Aprendizagem

Estabelecendo as representações sobre ensino e aprendizagem presencial em comparação aos oferecidos a distância podemos destacar que na medida em que o ensino viabiliza as tarefas da instrução, “se refere ao processo e ao resultado da assimilação sólida de conhecimentos sistematizados e ao desenvolvimento de capacidade cognitiva”, por isso “consiste no planejamento, organização, direção e avaliação da atividade didática, concretizando as tarefas da instrução” (LIBÂNEO, 1994, p. 53). Ao conter a instrução, o processo de ensino, considerado em seu conjunto, inclui: “os conteúdos dos programas e dos livros didáticos, os métodos e formas organizativas de ensino, as atividades do professor e do aluno e as diretrizes que regulam e orientam esse processo.” (LIBÂNEO, 1994, p.54).

Cabe ao professor despertar a inquietação diante do desconhecido, buscando desenvolver explicações lógicas e razoáveis, comparadas em elementos tangíveis, fortalecerá desenvolver no aluno posturas críticas, realizar julgamentos e tomar decisões fundadas em critérios tanto quanto possível objetivos, defensáveis, baseados em conhecimentos compartilhados por uma comunidade escolarizada definida de forma ampla.

Quanto aos conteúdos, são de grande importância e devem ser ressignificados e percebidos em seu contexto educacional específico.

O ensino é uma tarefa complexa “envolve tanto condições externas como condições internas das situações didáticas” (LIBÂNEO, 1994, p. 55), por isso a ação docente se refere à relação entre aluno e a matéria, com o objetivo de apropriar-se dela com a mediação do professor possibilitando que ocorram relações recíprocas entre a matéria, o professor e o aluno. Nessa relação o professor possibilita o encontro com a realidade social do aluno e com o próprio interesse, a motivação para o aprender do aluno. Ou seja: “O professor tem seus propósitos definidos visando assegurar o encontro direto do aluno com a matéria”; tal



encontro “depende das condições internas dos mesmos alterando o modo de lidar com a matéria”. Assim, as decisões didáticas são afetadas por determinantes “econômico-sociais, sócio-culturais, objetivos e normas estabelecidas conforme interesses da sociedade e de seus grupos”. (LIBÂNEO, 1994, p. 55).

A inter-relação entre professor e aluno não se reduz à sala de aula, implica em relações muito mais abrangentes. De acordo com Libâneo (1994, p.56), “o processo didático está centrado na relação fundamental entre o ensino e a aprendizagem, orientado para a confrontação ativa do aluno com a matéria sob a mediação do professor.” Nessa relação o autor identifica os seguintes elementos constitutivos:

os conteúdos das matérias que devem ser assimilados pelos alunos de um determinado grau; **a ação de ensinar** em que o professor atua como mediador entre o aluno e as matérias; **a ação de aprender** em que o aluno assimila consciente e ativamente as matérias e desenvolve suas capacidades e habilidades. (LIBÂNEO, 1994, p. 56)

Como expressa finalidades e exigências da prática social, o processo didático “implica vincular conteúdos, ensino e aprendizagem a *objetivos sócio-políticos e pedagógicos* e analisar criteriosamente o conjunto de *condições concretas* que rodeiam cada situação didática”. (LIBÂNEO, 1994, p. 56)

Parafraseando Libâneo (1994, p. 56-7), o ensino é, portanto, um processo social, “integrante de múltiplos processos sociais, nos quais estão implantadas dimensões políticas, ideológicas, éticas, pedagógicas, frente às quais se formulam objetivos, conteúdos e métodos conforme opções assumidas pelo educador, cuja realização está na dependência de condições”, as que encontra e/as que precisa transformar ou criar.

Ao longo da história defendem-se diferentes concepções de educação estabelecendo diferentes representações de ensinar e aprender.

Quando se diz que aprender significa dizer o “certo”; “repetir” palavras difíceis percebe-se que os valores defendidos pela representação de pais, professores e alunos estão ligados ao resultado do ensino por meio da memorização de nomes complicados, canalizados para apresentar o resultado esperado pelo professor e não voltados para desvendar os significados presentes naquele conhecimento. (BIZZO, 2002).

A democratização do ensino declarada pelos governantes e autoridades aguarda por soluções de diversas ordens, entre elas destaca-se a qualidade das relações ensino aprendizagem, uma vez que os resultados educacionais ilustram que os estudantes não atingem os objetivos planejados.



A escola assumiu o compromisso de tornar acessível a todos os cidadãos os conhecimentos científicos e informações necessárias a viver em uma sociedade que apresenta avanços tecnológicos notáveis.

Entre esses avanços destaca-se a modalidade EaD. Considerada a nosso ver, muito mais uma postura na relação do ato de aprender e ensinar reúne uma forma de planejar e coordenar pensamento e ação diante do desconhecido diferentes em comparação com o ensino presencial, por ser mediada por profissionais que deverão estar habilitados a desenvolver nos estudantes capacidades que lhes despertem a inquietação diante do desconhecido, posturas críticas, julgamentos e tomada de decisões fundadas em critérios tanto quanto possível objetivos e baseados em conhecimentos compartilhados historicamente.

Existe, portanto, uma diferença fundamental entre a comunicação de conhecimentos relacionados e utilizados em sala de aula presencial e a seleção de parcelas desses conhecimentos a serem utilizados na modalidade a distância.

No nosso entender o profissional que atua na EaD na elaboração do conteúdo, o chamado professor conteudista e o professor tutor, aquele que acompanha o estudante no seu percurso de formação precisam estar atentos ao perfil desse novo aluno, assim como tais profissionais apresentam um perfil diferente na relação com o ato de ensinar e aprender e, portanto, na elaboração e acompanhamento do material produzido ao “novo” aluno.

Diante do novo, da atual Revolução Tecnológica e seus avanços a passos largos, a apresentação e preocupação que os novos profissionais apresentam não desconsideram as contribuições da cultura acumulada pela humanidade, construindo modelos válidos no contexto da atualidade, mas precisam estar atentas as ideias lógicas e coerentes que nossos alunos vem demonstrando.

O aluno do séc. XXI encontra uma variação de estímulos tecnológicos que desenvolvem suas habilidades técnicas, além da autonomia e curiosidade pelo novo. Diante desse novo perfil precisamos formar profissionais que atuem no despertar da curiosidade, investindo na autonomia pela aprendizagem e na responsabilidade pela sua formação. Neste caso, não podemos apresentar um professor ou tutor na formação a distância que pense o aluno por meio dos aparelhos tecnológicos, mediáticos, como aquele sujeito passivo, desconectado do mundo social, do trabalho, da vida... que não tem vivência/experiência para estabelecer relações com o seu cotidiano em vias de possibilitar-lhe transformações efetivas.

Este aluno não é o da EaD, assim como o profissional que atua nesta modalidade precisa incentivar os alunos a procurarem novas respostas a velhas perguntas; analise situações didáticas e sugestões de trabalho que o orientem no seu dia a dia, na solução de seus problemas cotidianos. Assim, o professor e tutor precisam repensar a prática cotidiana,



tornando-a mais rica e estimulante, por meio da conexão com o mundo mediático. Mas sem deixar de lado a tarefa constitucional de ensinar proporcionando o acesso a todas as formas de conhecimento, artístico, filosófico, cotidiano, cultural e científico. Para Bizzo (2002, p. 22), “o conhecimento científico tem especificidades que o transformam em ferramenta poderosa no mundo moderno. Essas especificidades podem ser evidenciadas pelo contraste com o conhecimento cotidiano em cinco características principais”, que passamos a relacionar sem nos debruçar sobre elas neste artigo: contradições, terminologia, independência de contexto, independência conceitual e socialização.

Tendo por base o objeto de estudo deste artigo tomamos a característica socialização acima relacionada para análise em relação ao que vem sendo defendido nos parágrafos anteriores. Bizzo (2002) reconhece que existe uma grande diferença na socialização dos conhecimentos e destaca que o conhecimento historicamente acumulado é socializado tardiamente na vida escolar dos jovens. No entanto, para o perfil do aluno da EaD, que na maioria das vezes já está inserido no mundo trabalho e vai em busca de uma formação para a sua aplicação imediata e prática, essa socialização do conhecimento científico deve ser acelerado e de modo eficiente.

A aproximação dos conceitos científicos, tarefa de quem ensina, precisa levar em conta as características próprias do conhecimento a ser trabalhado e as características dos alunos, sua capacidade de raciocínio, seus conhecimentos prévios etc.

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EAD

Nos últimos 20 anos a questão da formação docente está no centro do debate das políticas nacionais e internacionais chamando atenção para as dimensões ideológicas, econômicas e político-pedagógicas.

Ao citar a formação docente para a EaD exige marcar o deslocamento nesses últimos anos da formação para a capacitação em serviço. Para Barreto (2001, p.12), “falar de formação de professores hoje já não é falar da formação inicial, ou mesmo da dicotomia entre formação inicial e continuada, mas falar de capacitação em serviço e, até, de certificação.”

Os desafios da modernidade atrelados a mudança de paradigma na formação docente tem as tecnologias como estratégia para a atualização desse segmento de profissionais como um todo. No entanto, as políticas de formação de professores precisam estar atentas aos professores que atuarão no modelo EaD, estabelecendo políticas de formação específicas para este grupo de profissionais. Esta proposta parte do princípio que é fundamental o reconhecimento de novas possibilidades para a educação. Segundo as Diretrizes, estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE apud BARRETO, 2001), a EaD é considerada como



uma abertura de grande alcance para a política educacional. É preciso ampliar o conceito de educação a distância para poder incorporar todas as possibilidades para as tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os níveis e modalidades de educação, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, internet, seja por meio dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia. (PNE apud BARRETO, 2001, p. 24).

Não podemos cair no engodo mais uma vez da formação aligeirada dos que irão atuar diretamente com esta modalidade de ensino. Precisamos repensar, a EaD sustenta a política atual de mercado minimizando a formação profissional? Segundo Barreto (2001, p.23), a resposta é afirmativa pois

[...] a capacitação em serviço 'substituindo' ou preenchendo as lacunas de uma formação inicial descuidada; a valorização do ensino desvinculado da pesquisa; a concentração nos novos materiais em si; o 'sistema tecnológico' no lugar do sujeito; os 'métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância' sustentando o que o MEC representa como sendo a 'construção de um novo paradigma para a educação brasileira'. (BARRETO, 2001, p.23).

Do ponto de vista do profissional que atua, a EaD não pode ficar restrita ao que a LDB nº 9394/96 considera: “instrumento de formação e capacitação de professores em serviço.” (BARRETO, 2001, p. 25). Como instrumento submete-se a finalidade de formar professores a distância com certificação.

Precisa superar esta finalidade já que o ensino a distância está associado a “*novas linguagens*”, a “*novas tecnologias*” avaliando que “o ensino presencial fica 'mais' velho, desgastado, esvaziado.” (BARRETO, 2001, p. 26). Neste caso, o investimento dos governantes em relação a democratização e elevação do padrão de qualidade da educação brasileira, não pode se restringir a certificação em larga escola, a homogeneização e nivelamento por baixo do ensino, simplificação das questões, levando a população, que busca por tal formação, a um “*apartheid educacional*”. (p. 22).

A nova perspectiva de formação, no nosso entender, precisa voltar suas lentes não só para a formação básica e continuada dos profissionais da educação mas também precisa repensar

[...] o discurso da urgência, da solução mágica e, no bojo de ambos, a desqualificação do saber profissional dos educadores e a desvalorização do seu fazer, já que às exigências decorrentes das propostas de mudança não corresponde restrição salarial, formativa e trabalhista adequada [...] Autoritarismo e arrogância camuflados nos argumentos de 'orientação e capacitação técnica'. (PNE apud BARRETO, 2001, p. 20).

Tal perspectiva não pode “reduzir a formação ao treinamento das habilidades desejáveis ao manejo dos materiais de ensino que, traduzindo os parâmetros curriculares



estabelecidos, favoreçam um bom desempenho na avaliação das competências estabelecidas.” (BARRETO, 2001, p. 18).

Nesta linha de pensamento novamente nos colocamos na posição vertical de ensino apesar de serem oferecidos programas diversificados longe da proposta tecnicista. No entanto, questionamos se a abordagem progressista presente nos documentos legais do MEC, que tem Piaget e Vygotsky como referências realmente estão inseridos na EaD. Ou seria mais um engodo político pedagógico mascarando o modelo vertical por meio de um discurso horizontal?

A educação, segundo AAVV (2000 *apud* PRETTO, 2001, p. 32) “é um elemento importante 'pelo qual a sociedade pode disponibilizar para todos seus cidadãos o acesso às possibilidades de seu desenvolvimento integral como seres humanos, em suas dimensões social e individual, objetiva e subjetiva.”

Assim, o desafio dos formadores em EaD está relacionado à criação de condições em seus espaços virtuais para que o aluno em formação tenha

[...] acesso à informação, ao conhecimento, e capacidade de processá-los significativamente dentro da subjetividade individual e do contexto de cada um em particular. Meios físicos, culturais e sociais, que permitam a participação ativa na configuração de âmbitos cognitivos, expressivos, de interação social e de manifestação política. Acesso informado às facilidades, serviços e bens produzidos pela sociedade, com meios que facilitem uma interação em que o indivíduo não seja esmagado pelo poder econômico ou político. (AAVV, 2000 *apud* PRETTO, 2001, p. 33).

Para tal o professor e o tutor precisam estar preparados para compreender a EaD não como a solução da universalização do saber, mas como aquela que nos possibilitará discutir as questões ligadas à cidadania, à subjetividade e à diversidade por meio da intensa reflexão sobre as concepções de educação e de sociedade que estamos formalizando em pleno século XXI.

Preto (2001) ainda chama atenção para a era tecnológica e para o cuidado com a introdução de um novo tipo de exclusão social: a digital.

A inclusão das tecnologias de informação e da comunicação, as chamadas TID, como estratégia para promover a modalidade de EaD possibilita uma mudança na construção do saber e sua transmissão além de estabelecer a valorização da qualidade da ação educacional; um novo tempo e ritmo de aprendizagem; investigação da inteligência coletiva dos alunos; reconhecimento das experiências adquiridas. Para Rosini (2007),

a educação a distância, como proposta alternativa do processo ensino-aprendizagem, significa pensar em um modelo de comunicação, capaz de fundamentar e instrumentalizar a estratégia didática, o que se faz necessário porque muitos sistemas de EaD deturpam e distorcem a comunicação. A partir de estudos e experiências comunicacionais, surgem novos modelos de comunicação, em que o emissor não apenas transmite mensagens, mas



promove processos de diálogo e participação. Assim, na educação e na comunicação, conforme comprovam os estudiosos do assunto, há muitos aspectos convergentes para abrir caminho a propostas alternativas, tanto na educação presencial quanto na educação a distância. (ROSINI, 2007, p. 65-66).

O autor sugere a *aprendizagem colaborativa* para que a EaD trabalhe sob a perspectiva horizontalizada de ensino superando a visão tradicional: “A principal diferença dessas abordagens está no fato de que a aprendizagem colaborativa é centrado no aluno e no processo de construção do conhecimento, ao passo que a tradicional é centrada no professor e na transmissão do conteúdo disciplinar.” (ROSINI, 2007, p. 66).

Como estratégia educacional a *aprendizagem colaborativa* desenvolve

um ambiente que incentive o trabalho em grupo, respeitando as diferenças individuais. Todos os integrantes possuem um objetivo em comum e interagem entre si em um processo em que o aluno é um sujeito ativo na construção do conhecimento, enquanto o educador é um mediador, orientador e condutor do processo educativo. (ROSINI, 2007, p. 66).

O desafio novamente está no papel do educador que deixa de apenas informar ou formar e passa também a “incentivar seus alunos a obter uma aprendizagem mais participativa e evolutiva.” (ROSINI, 2007, p. 67).

As novas gerações estão diante de uma sociedade conectada a uma rede que atinge a todos, mesmo aquelas que não estão diretamente vinculados. O ensino precisa estar atento a isso, não mais massificando e manipulando o cidadão, mas contribuindo para o fortalecimento de sua história “de forma competente, responsável, crítica, criativa e solidária.” (ROSINI, 2007, p. 70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do sistema de educação a distância no território brasileiro passa por critérios de avaliação bastante rigorosos, tais como: do contexto educacional com análise do projeto político pedagógico da instituição; dos profissionais envolvidos no processo de elaboração, implantação e tutoria dos cursos ofertados ao público; por fim, aspectos infraestruturais para a viabilização dos cursos.

O sucesso de um projeto de educação a distância envolve o atendimento à legislação vigente; a inovação pedagógica e tecnológica; uma proposta curricular em sintonia com a sociedade da informação e do conhecimento; uma rede de cooperação e de intercâmbio, estudantes e professores compartilhem com outras instituições; uma gestão descentralizada que preza pelo processo ágil de tomada de decisões. Para tal é necessário compreender os



elementos que constituem a prática pedagógica e suas implicações na qualidade do ensino ministrado a distância.

Quanto à questão que norteia nosso estudo conclui-se que as tecnologias são importantes para a educação presencial e a distância. Identificamos no referencial teórico estudado uma tendência das instituições de ensino oferecer cursos que combinam presença e distância. Neste caso, em breve “não mais usaremos essa distinção tão comum hoje em nosso vocabulário: falaremos em educação sabendo que ela incorpora atividades de aprendizagem presenciais e atividades de aprendizagem a distância.” (ROSINI, 2007, p. 68).

Assim, a educação precisa ser vista “como a estratégia determinada pelas sociedades para levar cada indivíduo a desenvolver seu potencial criativo e, por sua vez, aperfeiçoar sua capacidade de se engajar em ações comuns.” (D'AMBRÓSIO, 2001 *apud* ROSINI, 2007, p. 57). Dessa forma podemos alcançar os quatro pilares da Educação para século XXI estabelecidos pela UNESCO (*apud* DELORS, 2003): “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos.”

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel Goulart. As políticas de formação de professores: novas tecnologias e educação a distância. IN: BARRETO, Raquel Goulart (org.) et al.. *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 10-28.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *DOU*, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. *Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998*. Regulamenta o art. 80 da LDB nº 9.394/1996.

_____. *Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior*. Ministério da Educação, maio de 2000.

_____. *Decreto-lei nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005*. *DOU*, Brasília, 20 dez., 2005.

_____. *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*. MEC: DF, 2007.

DALMÁS, A. *Planejamento participativo na escola*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DELORS, J. (coord.). Os quatro pilares da educação. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003. p. 89-102.

DEMO, P. *Educação e qualidade*. 6. ed., São Paulo: Papirus, 2001.

FIGUEIREDO, N.M.A. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 3. ed., São Paulo: Yendis, 2008.



GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

LOBO NETO, F. S.. *Educação a distância: regulamentação*. Brasília: Plano, 2000.

MINAYO, M.C.S., et al. *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. 25. ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MORAN, J. M.. *O que é educação a distância*. 2002. Este texto foi publicado pela primeira vez com o título Novos caminhos do ensino a distância, no Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3. Foi atualizado tanto o texto como a bibliografia em 2002. Disponível em: <www.escolanet.com.br/sala_leitura/txt_integral.html>. Acesso em: 05 de agosto de 2012.

PRETTO, N. de L.. Desafios para a educação na era da informação presencial, a distância, as mesmas políticas e o de sempre. IN: BARRETO, Raquel Goulart (org.) et al. *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 29-53.

ROSINI, A. M.. *As novas tecnologias da informação e a educação a distância*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SAVIANI, D.. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

Artigo recebido em: 16/05/2019.

Artigo aceito em: 22/08/2019.

